

RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.854 - MG (2013/0048606-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CETIBRÁS VEÍCULOS LTDA E OUTROS
ADVOGADOS : FLÁVIO LAGE SIQUEIRA E OUTRO(S) - MG058439
ANA PAULA FERREIRA BEDRAN - MG087843
GABRIELA PEIXOTO SIQUEIRA - MG118079
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : RENATA VIANA DE LIMA NETTO E OUTRO(S) - MG076581

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CETIBRÁS VEÍCULOS LTDA E OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - ADI 2.591/DF - SÚMULA 297 DO STJ - ARTIGO 29 DO CDC - ENCARGOS DEVIDOS PELO INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO - APLICAÇÃO AO CASO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO REsp 1.058.114/RS E NO REsp 1.063.343/RS, REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC) - NÃO ABUSIVIDADE DA MULTA CONTRATUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) - PACTUAÇÃO ANTERIOR À ALTERAÇÃO INTRODUZIDA AO §1º DO ARTIGO 52 DO CDC PELA LEI Nº 9.298/96 - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.05.779005-7/001, Relator(a): Des.(a) Carreira Machado , 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/03/2012, publicação da súmula em 23/03/2012)" (e-STJ,fl.489)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 515/519)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 535, II, do Código de Processo Civil de 1973 e 3º, §2º, 39, 51 e 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), sustentando, em síntese, que: 1) o acórdão foi contraditório ao reconhecer a aplicação do CDC e manter a incidência de juros remuneratórios no importe de 3,7% ao mês e multa moratória de 10%; 2) a decisão recorrida não observou os limites impostos pelo CDC na aplicação da multa e 3) impossibilidade de cumulação de juros de mora com multa moratória e comissão de permanência.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 591)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil de 1973. Isto porque apesar de ter reconhecido a incidência do CDC no contrato em questão, o acórdão não vislumbrou ilegalidade nas cláusulas contratuais. Especificamente em relação à multa, frisou que a alteração legislativa que permite sua redução foi posterior à assinatura do contrato, razão pela qual não deve ser aplicada.

No que atine à possibilidade de revisão das cláusulas contratuais, a jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor, é permitida a revisão das cláusulas contratuais pactuadas, tendo em conta que o princípio do *pacta sunt servanda* vem sofrendo mitigações, mormente ante os princípios da boa-fé objetiva, da função social dos contratos e do dirigismo contratual.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - APLICABILIDADE - AÇÃO REVISIONAL - CLÁUSULAS ABUSIVAS - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS REMUNERATÓRIOS, JUROS MORATÓRIOS E MULTA CONTRATUAL - INACUMULATIVIDADE - SÚMULAS 30, 294 E 296/STJ - DESPROVIMENTO.

1 - Com relação à revisão das cláusulas contratuais, a legislação consumerista, aplicável à espécie, permite que, ao se cumprir a prestação jurisdicional em Ação Revisional de contrato bancário, manifeste-se o magistrado acerca da existência de eventuais cláusulas abusivas, o que acaba por relativizar o princípio do pacta sunt servanda. Assim, consoante reiterada jurisprudência desta Corte, admite-se a revisão de todos os contratos firmados com instituição financeira, desde a origem, ainda que se trate de renegociação. Precedentes. (AgRg no REsp 767.771/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 20/11/2006)."

Contudo, cumpre destacar, ainda, que a mera aplicação do CDC ao contrato em questão não garante a revisão irrestrita de cláusulas contratuais, cabendo à parte impugnar especificamente e de forma fundamentada as cláusulas que entende ilegais, o que será analisado a seguir.

Dito isto, tem-se que, quanto aos juros remuneratórios incidentes no importe de 3,7% ao mês, o recorrente não fundamentou sua insurgência, limitando-se a

afirmar genericamente que tal percentual constitui lucro abusivo para o recorrido. Não indicou qualquer dispositivo de lei que fixe percentual menor, tampouco indicou qual o percentual que entende devido para operações de tal natureza.

Tal situação tornando patente a falha de fundamentação do apelo especial quanto ao ponto circunstância que atrai a incidência do nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA Nº 182/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECORRENTE QUE NÃO DEFINE NEM DEMONSTRA EM QUE CONSISTE A OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. ARTIGOS 496 E 513 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEIS FEDERAIS. SÚMULA Nº 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).

2. "É possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia." (AgRgAg nº 228.787/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, in DJ 4/9/2000).

3. Em tema de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a não indicação expressa das questões apontadas como omitidas vicia a motivação do recurso especial, inviabilizando o seu conhecimento. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

4. Ao apontar a violação dos artigos 496, inciso I, e 513 do Código de Processo Civil, nas razões do recurso especial, a agravante não define nem demonstra no que consistiu a alegada violação dos dispositivos legais, deixando de explicitar, de forma clara e precisa, a negativa de vigência de lei federal, atraindo a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental improvido."

(AgRg no Ag 1292758/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 04/06/2010)

A Corte de origem, por outro lado, consignou que o referido percentual foi expressamente contratado:

"Nota-se, ainda, que os juros de 3,7% (três vírgula sete por cento) ao mês, previstos no item 12 do Contrato de Abertura de Crédito, a título de remuneração do capital emprestado, são devidos sobre o valor do crédito da data de sua liberação à data do vencimento da obrigação." (e-STJ fl. 501)

Já em relação à multa moratória de 10% e a impossibilidade de redução, constou no acórdão:

"Em relação à multa, uma vez pactuada em 14/03/1996, antes, portanto, da alteração introduzida ao §1º do artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor pela Lei nº 9.298, de 01/08/1996, tem-se por aceitável o percentual de 10% (dez por cento)." (e-STJ fl. 500)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. FALTA DE PACTUAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. MULTA MORATÓRIA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO ANTERIOR À LEI N. 9.298/1996. DECISÃO MANTIDA.

- 1. "A legislação sobre cédulas de crédito rural admite o pacto de capitalização de juros em periodicidade inferior à semestral" (REsp n. 1.333.977/MT, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 12/03/2014).*
- 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).*
- 3. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova e da interpretação de cláusulas contratuais, concluiu pela existência de cláusula prevendo a capitalização mensal dos juros.*
- 4. A redução da multa moratória de 10% para 2%, com fundamento na Lei 9.298/1996, que alterou o art. 52, § 1º, do CDC, somente é possível nos contratos celebrados após a sua vigência (Súmula n. 285/STJ).*
- 5. Correta a decisão que, ao negar provimento ao agravo nos próprios autos, majorou em 20% (vinte por cento) o valor dos honorários advocatícios, nos estritos limites do art. 85, § 11, do CPC/2015, levando em conta os requisitos previstos nos incisos I a IV do § 2º do mesmo dispositivo.*

6. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1664008/TO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA DEMANDANTE.

1. A limitação da multa de mora em 2% (dois por cento), estabelecida na Lei n. 9.298/96, que alterou a redação do § 1º do art. 52 do CDC, só é possível em contratos celebrados após a sua vigência.

Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1028192/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 20/09/2013)

Por fim, melhor sorte assiste ao recorrente quanto à impossibilidade de cobrança de comissão de permanência cumulada com os demais encargos de mora.

A eg. Segunda Seção desta Corte pacificou a orientação no sentido de ser admitida, no período de inadimplemento contratual, a comissão de permanência, à taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e limitada à taxa do contrato, desde que não esteja cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), com juros remuneratórios (Súmula 296/STJ), com juros moratórios nem com multa contratual.

No caso dos autos, o acórdão recorrido assim dispôs sobre a cobrança da comissão de permanência:

"Diante de tudo isso, tenho que a previsão do item 14 do contrato objeto da presente controvérsia (fl. 06), não deve ser considerada abusiva, porquanto a comissão de permanência será calculada segundo a taxa de mercado praticada pelo Banco para esta modalidade operacional (Taxa Referencial de Juros - TR), e os juros de mora estão devidamente limitados a 1% (um por cento) ao mês.

Não há que se falar, pois, em remuneração dúplice do capital emprestado, porque não prevista cumulação da comissão de permanência com juros remuneratórios, ou em abusividade da taxa remuneratória, porque prevista segundo a taxa de mercado praticada pelo Banco para esta modalidade operacional.

(...)

Pelo exposto, dou provimento à primeira apelação, para julgar procedente o pedido inicial, condenando Cetibrás Veículos Ltda.,

Carlos Géo Quick e João de Lima Géo Filho ao pagamento de quantia a ser apurada em liquidação, referente ao Contrato de Abertura de Crédito de fls. 06/07-v - a qual deverá englobar juros remuneratórios de 3,7% (três vírgula sete por cento) ao mês sobre o valor do crédito, da data de sua liberação à data do vencimento da obrigação, e, a partir da data do vencimento do contrato, isoladamente, comissão de permanência segundo a taxa de mercado praticada pelo Banco para esta modalidade operacional, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor -, bem como para majorar os honorários advocatícios, para o importe de R\$2.000,00 (dois mil reais), recaiando a sucumbência sobre os vencidos, e dou parcial provimento à segunda apelação, no que tange à aplicabilidade da legislação consumerista ao caso." (e-STJ fl. 501/502)

Como se vê, a Corte de origem decidiu em desacordo com a jurisprudência desta Corte Superior, razão pela qual deve ser reformado, no ponto, o acórdão recorrido.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para afastar a incidência da cobrança da comissão de permanência no caso dos autos, mantidos os demais encargos (juros remuneratórios, juros moratórios e multa contratual) na forma prevista em contrato.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator